

POLÍTICA +



ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Com Bruno Pancot | bruno.pancot@rdgaucha.com.br

PSDB deve rifar Doria até fim de maio

Maio é o mês das mães, o mês das noivas e o mês do PSDB se livrar do candidato escolhido na prévia de novembro para disputar a Presidência da República. A fogueira das vaidades no ninho tucano arde, e Doria vem perdendo penas das asas a cada semana. Nos bastidores, a data fatídica para a saída do ex-governador paulista da disputa é o final do mês, por bem ou por mal.

Confiante de que conseguirá subir nas pesquisas com as aparições no horário nobre da TV, Doria pediu um voto de confiança à direção tucana. Ao mesmo tempo, vem acenando com a possibilidade de abrir mão da candidatura em favor da senadora Simone Tebet (MDB) e até de ser vice

dela. Detalhe: Simone não diz, por questão de elegância, que não quer. Seus companheiros do MDB, porém, não economizam palavras para justificar por que querem distância de Doria.

Um líder do MDB resumiu para a coluna o que se diz nos bastidores do partido sobre a hipótese de uma chapa Doria-Simone ou Simone-Doria:

– Simone é uma candidata leve, que, mesmo estando mal nas pesquisas de hoje, pode crescer com o desenrolar da campanha. Por que haveria de se ligar a um candidato que ninguém quer no PSDB?

Soa estranha a expressão “ninguém quer” em se tratando do ex-governador do Estado mais rico do país, que venceu a prévia do seu partido há pouco mais de

cinco meses. A explicação para esse fenômeno vem de um tucano:

– Doria semeia discórdia por onde passa. Ele dividiu o PSDB de São Paulo, arranjou inimigos internos, atropelou líderes históricos e empurrou o ex-governador Geraldo Alckmin para os braços de Lula. Agora, o PSDB de São Paulo quer se afastar dele para não atrapalhar a eleição do governador Rodrigo Garcia.

Se Doria é tudo isso, como venceu a prévia de novembro? Na resposta a essa pergunta os tucanos se dividem entre os que atribuem a vitória “à força do PSDB de São Paulo”, “ao uso da máquina pública na eleição interna” e “à promessa de ajuda financeira para a campanha

de deputados que serão candidatos em outubro”.

Se Doria sair ou “for saído”, Eduardo Leite pode voltar ao projeto nacional, se não como candidato a presidente, como vice de Simone. O ex-governador usa a expressão “estou na pista” para dizer que não fecha nenhuma porta. Embora tenha recusado a oferta do presidente do PSDB, Bruno Araújo, de usar parte das inserções nacionais do partido, Leite faz discurso de candidato a presidente nos comerciais regionais e vai retomar as viagens pelo país.

GZH

Leia outras colunas em
gzh.com.br/rosanedeoliveira

ALIÁS

Com a decisão de Luciano Bivar de manter sua candidatura a presidente pelo União Brasil, o dia 18 de maio, quando deveria ser anunciada a chapa de consenso, só não será um traço no calendário político se o PSDB conseguir resolver sua crise interna e anunciar a aliança com o MDB. Foi o que restou depois de seus dirigentes caírem no conto de Bivar.

Reajuste de 6% deve ser aprovado

Pela ordem original, o projeto que prevê reposição salarial de 6% para os servidores públicos seria o último da extensa pauta de hoje. A tendência, no entanto, é de que a ordem seja alterada na reunião de líderes e essa proposta passe à frente das demais, já que será impossível vencer toda a pauta.

Os 6% deverão ser aprovados por unanimidade, não sem antes os deputados discursarem a favor de um reajuste maior.

A emenda que eleva a correção para 10,06% será rejeitada pela base do governo com o argumento de que poderia colocar em risco o equilíbrio fiscal. O governador Ranolfo Vieira Júnior disse que não seria irresponsável.

MIRANTE

Nos comerciais do MDB, o deputado Gabriel Souza está irreconhecível. Graças a uma reeducação alimentar, o deputado perdeu os 13 quilos que ganhou antes e durante a pandemia.

...

Depois da Fenasoja e da Exposol, o governador Ranolfo Vieira Júnior vai instalar o governo na Fenarroz, em Cachoeira do Sul, no dia 16 de junho. É estratégia para dar visibilidade ao herdeiro da vaga de Eduardo Leite.

...

A agenda de interiorizações do governo Ranolfo incluiu a Fenachim, em Venâncio Aires, a Fenadoce, em Pelotas, e a Expointer, em Esteio.

MDB aposta no horário eleitoral

O que ocorreu nas eleições de 2002 e 2014 é que sustenta a esperança do MDB de eleger o deputado Gabriel Souza governador neste ano.

Há 20 anos, Germano Rigotto era o lanterna entre os candidatos dos grandes partidos até começar o horário eleitoral no rádio e na TV. No embate entre Antônio Britto (PPS) e Tarso Genro (PT), Germano Rigotto cresceu com uma campanha conciliatória e venceu a eleição.

Em 2014, José Ivo Sartori era o azarão. Começou a propaganda com declaração de sua mãe falando em “mala de papelón” e Sartori deslançou.

PARA QUE GABRIEL SOUZA POSSA SONHAR EM REPETIR OS FEITOS DE RIGOTTO E SARTORI, O MDB VAI COMEÇAR ELIMINANDO O OBSTÁCULO INTERNO QUE É A INSISTÊNCIA DE CEZAR SCHIRMER EM DISPUTAR A INDICAÇÃO NA CONVENÇÃO. ESSA RESISTÊNCIA AFUGENTA POSSÍVEIS ALIADOS, A COMEÇAR PELO PSDB DE EDUARDO LEITE, QUE HAVIA ACENADO COM SEU APOIO.

Casamento de interesses



CRISTIANO PONTES, DIVULGAÇÃO

A audiência pública promovida pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), ontem, colocou do mesmo lado adversários históricos: esquerda e direita unidos contra a adesão do Rio Grande do Sul ao regime de recuperação fiscal.

O vereador Pedro Ruas (PSOL), deputado à época em que o governo de José Ivo Sartori (MDB) começou a negociar a adesão, defendeu na audiência a tese agora abraçada

pelos duas entidades e por dois pré-candidatos conservadores ao Piratini, Onyx Lorenzoni (PL) e Luis Carlos Heinze (PP), de que a dívida já foi paga.

A esquerda está na trilha que sempre esteve: contrária ao regime, porque a adesão implica aperto fiscal e, portanto, arrocho salarial para os servidores públicos.

Edegar Pretto, pré-candidato do PT, trabalha contra a adesão desde o nascedouro da proposta. O pré-candidato do PSB, Beto Albuquerque, segue

o mesmo passo e defende adiar a discussão sobre a dívida para janeiro de 2023.

O governo sustenta que a adesão é necessária e que o regime de recuperação é um plano de médio prazo para garantir o equilíbrio fiscal, o pagamento em dia dos salários e os investimentos.

Para aderir ao regime, o Estado aprovou as reformas previdenciária e administrativa, vendeu estatais e encaminhou a privatização de outras. Essa parte não tem volta.